



SOBREDIREITO

CURSO PREPARATÓRIO



SOBREDIREITO

CURSO PREPARATÓRIO

Professor Peter Schweikert
@schweikert_peter

PREMONIÇÃO - 1ª fase MPRJ



SOBREDIREITO

CURSO PREPARATÓRIO

Organização da conversa

- Características gerais da prova
- Temas-chave
- Temas “quentes”



SOBREDIREITO
CURSO PREPARATÓRIO

Características gerais da prova

- Legislação (Microsistema de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente)
- Jurisprudência



SOBREDIREITO

CURSO PREPARATÓRIO

Evolução histórica e princípios

- Doutrina da Proteção Integral
- Sujeitos de direitos
- Princípios gerais (Comitê DC): não-discriminação, interesse superior da criança, proteção integral (desenvolvimento integral), participação
- Autonomia progressiva (art. 5º, CDC) x regime de capacidades



SOBREDIREITO

CURSO PREPARATÓRIO

Ensino domiciliar

- É dever dos pais matricular os filhos na educação básica obrigatória (art. 6º, LDB)
- RE 888.815: Homeschooling, embora não seja proibido, depende de legislação específica – “não existe direito público subjetivo do aluno ou de sua família ao ensino domiciliar”
- Caráter suplementar do EAD (arts. 43, §4º e 6º, §11, LDB)



SOBREDIREITO
CURSO PREPARATÓRIO

Combate à evasão escolar

- Notificação ao CT com relação aos alunos que faltem 30% acima do permitido, esgotados os recursos escolares (arts 56, II, ECA e 12, LDB)



SOBREDIREITO

CURSO PREPARATÓRIO

Educação inclusiva

- “Preferencialmente” na rede regular (art. 208, III, CF) – Comentário Geral n.4 Comitê DPCD
- Atendimento Educacional Especializado
- Política Nacional dos Direitos da Pessoa com TEA (Lei nº 12.764/12): “em casos de comprovada necessidade, a pessoa com TEA incluída em classe comum do ensino regular terá direito a acompanhante especializado (art. 3º, p. único)
- STF, ADI 6590: suspensão do Decreto 10502/20 que institui a Política Nacional de Educação Especial



SOBREDIREITO

CURSO PREPARATÓRIO

Saúde - vacinação

- STF, ADI 6586 e 6587: (i) A vacinação compulsória **não significa vacinação forçada**, facultada a recusa do usuário, podendo, contudo, ser implementada por meio de **medidas indiretas**, as quais compreendem, dentre outras, a restrição ao exercício de certas atividades ou à frequência de determinados lugares, **desde que previstas em lei, ou dela decorrentes**, e tenham como base evidências científicas e análises estratégicas pertinentes, venham acompanhadas de ampla informação sobre a eficácia, segurança e contraindicações dos imunizantes, respeitem a dignidade humana e os direitos fundamentais das pessoas; atendam aos critérios de razoabilidade e proporcionalidade; e sejam as vacinas distribuídas universal e gratuitamente"; e "(ii) Tais medidas, com as limitações expostas, podem ser implementadas tanto pela União como pelos estados, pelo Distrito Federal e pelos municípios, respeitadas as respectivas esferas de competência"



SOBREDIREITO

CURSO PREPARATÓRIO

Saúde - vacinação

- ECA, art. 14, §1º: Obrigatoriedade da vacina nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias + Lei 13.979/20
- STF, RE 1.267.879: é constitucional a obrigatoriedade da vacina, registrada pela ANVISA, desde que (i) tenha sido incluída no Programa Nacional de Imunizações ou (ii) tenha sua aplicação obrigatória determinada em lei ou (iii) seja objeto de determinação da União, Estados, Municípios, com base em consenso médico-científico.
- Não caracteriza violação à liberdade de consciência os pais



SOBREDIREITO

CURSO PREPARATÓRIO

Saúde - vacinação

- MS não incluiu no PNI a obrigatoriedade da vacinação para crianças da faixa de 5 a 11 anos, embora esteja inserida no Plano Nacional de Operacionalização da Vacina (PNO), que organiza a política de imunização de vacinas obrigatórias
- Conclusão: por haver recomendação da autoridade sanitária, a vacinação é obrigatória, ainda que não esteja no PNI



SOBREDIREITO

CURSO PREPARATÓRIO

Saúde - vacinação

- Medidas aplicáveis aos pais: orientação + meios coercitivos indiretos (proibição de frequentar determinados lugares, p ex) + suspensão ou perda do poder familiar + multa administrativa (art. 249, ECA) + responsabilidade criminal (art. 268, CP)
- Enunciado 26 do FONAJUP: : Os pais ou responsáveis legais das crianças e dos adolescentes que não imunizarem seus filhos, por meio de vacina, nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias, inclusive contra COVID 19, podem responder pela infração administrativa do art. 249 do ECA e/ou estarem sujeitos à aplicação de uma ou mais medidas previstas no artigo 129 do ECA



SOBREDIREITO

CURSO PREPARATÓRIO

Saúde mental

- Lei nº 10.216/01
- Regra geral: tratamento ambulatorial e não segregatório (RAPS)
- Exceção: internações voluntária, involuntária e compulsória
- Requisitos: insuficiência de recursos extra-hospitalares e laudo médico circunstanciado. Comunicação ao MP em 72h (art. 8º, §1º)
- CT não faz internação compulsória (art. 101, V, ECA – STJ, HC 40.593/SP)



SOBREDIREITO

CURSO PREPARATÓRIO

Saúde mental

- Resolução CONAD 03/20: acolhimento de adolescentes em comunidades terapêuticas, ignorando ECA
- Aproxima-se de um acolhimento involuntário, embora seja princípio estruturante das CT a voluntariedade
- Sem fiscalização por parte do MP
- Violação ao direito à convivência familiar e à educação
- ACP – liminar em primeira instância – suspensão pelo TRF



SOBREDIREITO

CURSO PREPARATÓRIO

Proteção de dados pessoais

- Provedor de internet deve remover conteúdo que viole direitos da criança/adolescente, mesmo sem ordem judicial, assim que for comunicado do caráter ofensivo da publicação, sob pena de indenização pelos danos causados (STJ, Resp 1.783.269)
- Interpretação do art. 19 do Marco Civil da Internet à luz do art. 227 da CF e do art 18 do ECA – proibição de tratamento vexatório ou constrangedor – proteção integral
- A veiculação de imagem de c/a pelos meios de comunicação, sem autorização do responsável, caracteriza ilícito por abuso do direito de informar e gera dano moral presumido (in re ipsa)



SOBREDIREITO
CURSO PREPARATÓRIO

SGD C/A vítima ou testemunha de violência (L 13.431/17)

| Escuta especializada | Depoimento especial |
|---|---|
| Proteção social e provimento de cuidados | Produção de provas |
| Rede de Proteção | Autoridade policial ou judiciária |
| Deve-se priorizar a busca de informações com as pessoas que acompanham a criança ou o adolescente, ou com a Rede (arts. 13, §§3º e 8º; 15, parágrafo único; 19, §2º e 22, §2º do Decreto 9.603/18), respeitado o sigilo e a confidencialidade das informações | Produção antecipada de provas (art. 11, L 13.431/17 cc arts. 156, I, e 255, CPP). Esse rito é obrigatório quando a c tiver menos de 7 anos e em caso de violência sexual |
| | Uma vez. Repetição excepcional se justificada + concordância da vítima |



SOBREDIREITO

CURSO PREPARATÓRIO

Política de atendimento - SUAS

- Proteção social básica – CRAS (baixa complexidade) – vínculos preservados (ex. transferência de renda, PAIF)
- Proteção social especial (média e alta complexidade) – CREAS - vínculos fragilizados ou rompidos
- Média complex: PAEFI, Abordagem social, LA/PSC
- Alta complex: SAICA, república Jovem
- Tipificação dos serviços socioassistenciais (Res. 109 CNAS)



SOBREDIREITO

CURSO PREPARATÓRIO

Fundos dos Direitos CA (FIA)

- Destinação prioritária: PNCFC e PNPI
- Aplicação necessária: incentivo ao acolhimento sob a forma de guarda de c/a e programas de atenção à primeira infância (art. 260)
- Receitas de natureza transitória: não podem ser utilizadas para subsidiar atividades de caráter permanente (ex. manutenção de CTs ou custeio de políticas setoriais – art. 90, §2).



SOBREDIREITO

CURSO PREPARATÓRIO

Fundos dos Direitos CA (FIA)

- Doação casada ou direcionada: escolha pelo doador de algum projeto ou entidade de sua preferência (arts. 12 e 13, Res. 137 CONANDA)
- ACP – suspensão dos dispositivos: inovação do ordenamento por meio de resolução (violação ao p. da legalidade).



SOBREDIREITO

CURSO PREPARATÓRIO

Acolhimento institucional

- Duração máxima de 18 meses e relatórios trimestrais
- Audiências concentradas (Prov. 118 CNJ)
- Atribuições do Conselho Tutelar (arts. 101, §2º, 136, I, e 93, ECA)
- CT deve comunicar previamente MP (art. 136, p. único)
- Pode o CT deixar crianças e adolescentes em situação de risco aos cuidados de família extensa, comunicando VIJ e MP em 24h e notificando sobre a necessidade de busca de adv ou DPE para regularização da guarda (Enunciado 04 FONAJUP)



SOBREDIREITO

CURSO PREPARATÓRIO

Destituição do Poder Familiar

- Possibilidade de inserção em família substituta após suspensão liminar do poder familiar (Enunciado 01 do FONAJUP)
- Determinação, concomitantemente ao despacho de citação, independentemente de requerimento, da realização de estudo social ou perícia multidisciplinar para comprovar a presença da realização das causas de destituição, exceto se o MP houver pedido estudos complementares antes do ajuizamento (art. 101, § 10), havendo possibilidade de utilização da técnica do depoimento especial



SOBREDIREITO

CURSO PREPARATÓRIO

Destituição do Poder Familiar

- Citação deve ser pessoal, esgotados os meios para sua realização (art. 158). Dispensa-se o envio de ofícios para a localização dos genitores e se admite a citação por edital (§4º).
- Obrigatória a oitiva dos genitores em audiência, exceto se não tiverem comparecido perante à justiça quando devidamente citados (art. 161, §4º)
- ADPF não pode ser anulada por falta de citação de suposto pai com identidade ignorada (STJ – inf. 679)



SOBREDIREITO
CURSO PREPARATÓRIO

Destituição do Poder Familiar

- Quando a ADPF tiver sido proposta pelo MP, não haverá necessidade de nomeação de curador especial em favor da c/a (art. 162, §4º)
- Quando for inviável a manutenção do poder familiar, o juiz deverá envidar esforços para preparar a c/a com vistas à colocação em família substituta (art. 163), mesmo antes da conclusão da ADPF
- É dispensável o estudo psicossocial em família extensa residente fora da comarca desde que constatado ausência de vínculo afetivo e/ou interesse (enunciado 05 FONAJUP)



SOBREDIREITO

CURSO PREPARATÓRIO

Habilitação para Adoção

- Deve ser renovada trienalmente
- Após 3 recusas injustificadas de c/a dentro do perfil escolhido, haverá **reavaliação compulsória** da habilitação
- Desistência do pretendente com relação à guarda para fins de adoção ou “devolução” após o trânsito em julgado da sentença importará sua **exclusão** dos cadastros e vedação de nova habilitação, salvo decisão em sentido contrário
- Indenização por abandono afetivo e alimentos reparatórios



SOBREDIREITO

CURSO PREPARATÓRIO

Adoção

- Observância do Cadastro de Adoção não é absoluta e pode ser excepcionada em prol do princípio do interesse superior (STJ)
- Quando houver suspeita de adoção à brasileira, deve haver perícia antes da decretação da destituição do poder familiar (STJ, Resp 1.674.207)
- É cabível o manejo de HC em prol de criança ou adolescente em situação de acolhimento institucional, ainda que haja suspeita de burla ao cadastro (STJ)



SOBREDIREITO

CURSO PREPARATÓRIO

Adoção

- STJ: atende ao interesse superior da criança a adoção personalíssima intrafamiliar por parentes colaterais por afinidade, apesar da convivência da criança com família substituta, também postulante a adoção (art. 50, §13, II, ECA não exige a consanguinidade) – Resp 1.911.099/SP



SOBREDIREITO

CURSO PREPARATÓRIO

Adoção

- Estágio de convivência – regra – máximo de 90 dias, prorrogável por igual período, observadas as peculiaridades do caso. Exceção – adoção internacional, com prazo mínimo de 30 dias e máximo de 45 dias, prorrogável uma vez.
- Estágio de convivência pode ser dispensado se (i) o adotando já estiver sob guarda ou tutela legal durante tempo suficiente + (ii) existência de vínculos de afeto consolidados
- A simples guarda de fato não autoriza, por si só, a dispensa



SOBREDIREITO

CURSO PREPARATÓRIO

Adoção

- STJ, Resp 1.892.782/PR: é possível, mesmo ante a regra da irrevogabilidade da adoção, a rescisão de sentença concessiva da ação ao fundamento de que o adotado, à época da adoção, não a desejava verdadeiramente, e de que, após atingir a maioridade, manifestou-se nesse sentido



SOBREDIREITO

CURSO PREPARATÓRIO

Guarda

- Criança sob guarda é dependente para fins previdenciários, se comprovada a dependência econômica (STF, ADI 4878 e 5083)
- Efeitos previdenciários: é inconstitucional o art. 16, §2º, da L 8.213/91
- Prevalência do art. 227, §3º, II: garantia de direitos previdenciários como prestação decorrente do direito à proteção especial
- Art. 33, §3º, ECA
- Obs. Não se discutiu o art. 23, §6º, da EC 103/19



SOBREDIREITO

CURSO PREPARATÓRIO

Entrega voluntária

- Precisa ser confirmado após o nascimento da criança, garantido o sigilo
- Retratação até a data da audiência e arrependimento em até 10 dias após a sentença
- Possibilidade de inserção em família substituta após suspensão liminar do poder familiar (Enunciado 01 do FONAJUP)
- Entrega irregular a terceiros para fins de adoção – hipótese de destituição do poder familiar (Lei nº 13.509/17)



SOBREDIREITO

CURSO PREPARATÓRIO

Entrega voluntária

- O ECA não exige mais que sejam esgotados os esforços para a manutenção da c/a em sua família natural ou extensa (art. 166, §3º). O art. 19-A, §3º, prevê a possibilidade de busca pela família extensa no prazo máximo de 90 dias.
- Caso genitores ou familiares não compareçam em audiência, será suspenso o poder familiar da mãe e a criança será colocada sob guarda provisória de pessoa do CPA ou em serviço de acolhimento



SOBREDIREITO

CURSO PREPARATÓRIO

Entrega voluntária

- “Serão cadastrados para adoção recém-nascidos e crianças acolhidas não procuradas por suas famílias no prazo de 30 dias contado da data do acolhimento” – art. 19-A, §10
- Tal dispositivo só deve ser aplicado nos casos de pais ignorados ou órgãos com dados insuficientes que impossibilitem a busca pela família extensa (Enunciado 10 FONAJUP)



SOBREDIREITO

CURSO PREPARATÓRIO

Apadrinhamento afetivo

- Objetivo: proporcionar à criança ou ao adolescente vínculos externos à instituição
- Executados por órgãos públicos ou OSC e apoiados pela VIJ
- Apadrinhamento afetivo x apadrinhamento financeiro
- Violação das regras: notificação dos responsáveis pelo programa
- Não podem apadrinhar pessoas do CPA



SOBREDIREITO
CURSO PREPARATÓRIO

Conselho Tutelar

- Mandato de 4 anos e reeleições infinitas
- 5 titulares + 5 suplentes
- Órgão colegiado (Res. 170 CONANDA)
- Além dos requisitos do art. 133, lei municipal pode criar novos requisitos, desde que haja relação direta com o exercício da função (STJ, Resp 402.155) – ex. prova teórica, experiência prática anterior etc



SOBREDIREITO

CURSO PREPARATÓRIO

Procedimentos e competência

- Prazos contados em dias corridos, vedado prazo em dobro nos procedimentos regulamentados pelo ECA (art. 152, §2º)
- Portarias e alvarás judiciais: devem ser fundamentados caso a caso, pois o ECA veda determinações de caráter geral e abstrato (art. 149, §2º). Desfiam recurso de apelação (art. 199)



SOBREDIREITO

CURSO PREPARATÓRIO

Procedimentos e competência

- STJ: tese 1058 e Resp 1.896.379: é absoluta a competência da vara da infância e da Juventude do local onde ocorreu ou deva ocorrer a ação ou a omissão, para as causas individuais ou coletivas arroladas no ECA, inclusive sobre educação e saúde, ressalvada a competência da Justiça Federal e a competência originária dos tribunais superiores
- Compete à Justiça Federal o julgamento de pedidos de busca e apreensão fundamentados na Convenção de Haja (STJ, CC 123.094)
- Compete à VIJ apreciar pedidos de alvará visando participação de c/a em representações artísticas, e não a Justiça do Trabalho (STF, ADI 5326)



SOBREDIREITO

CURSO PREPARATÓRIO

Procedimentos e competência

- Compete à Justiça Federal processar e julgar crime de disponibilização ou aquisição de material pornográfico envolvendo crianças e adolescentes (arts 241, 241-A e 241-B, ECA) quando praticados pela internet
- O MP tem legitimidade ativa para ajuizar ação de alimentos em proveito de c/a independentemente do exercício do poder familiar dos pais ou de a c/a se encontrar em risco ou da existência de DPE na comarca (Súmula 594/STJ)



SOBREDIREITO

CURSO PREPARATÓRIO

Recursos

- Sistema recursal do CPC, inclusive para área infracional
- Prazo: 10 dias, exceto ED
- Juízo de retratação, no prazo de 5 dias (art. 198, VII)
- Regra geral: duplo efeito
- Exceção: (a) sentença que defere adoção; (b) sentença que decreta a destituição do poder familiar. Nesses casos, poderá ser atribuído efeito suspensivo, se se tratar de adoção internacional ou se houver perigo de dano irreparável ou de difícil reparação (art. 199-A e 215)



SOBREDIREITO

CURSO PREPARATÓRIO

Ato infracional

- Requisito temporal: deve ser considerada a idade na data do fato
- Crianças infratoras: medidas de proteção (STF, ADI 3446)
- Súmula 605/STJ: “A superveniência da maioridade penal não interfere na apuração de ato infracional nem na aplicabilidade de medida socioeducativa em curso, inclusive na liberdade assistida, enquanto não atingida a idade de 21 anos.”
- Súmula : Prescrição de medidas socioeducativas – parâmetro: prazo máximo da medida de internação (3 anos). Prescrição em 4 anos.



SOBREDIREITO

CURSO PREPARATÓRIO

Ato infracional

- Execução antecipada de MSE: impedir sua execução antes do trânsito em julgado implicaria esvaziamento do seu viés protecionista (STF, HC 181447 – 2020) – não aplicação do entendimento das ADCs 43, 44 e 54



SOBREDIREITO

CURSO PREPARATÓRIO

Internação

- Reiteração de atos infracionais graves: STJ consolidou o entendimento de que basta a prática de um segundo ato grave (HC 332.440/SP)
- Súmula 492/STJ: o ato infracional análogo ao tráfico de drogas, por si só, não conduz obrigatoriamente à imposição de internação. Pode ser, contudo, aplicada em casos excepcionais, diante das circunstâncias do caso concreto que demonstrem ser adequada à sua ressocialização (STJ, AgR no HC 567.090/SC – 2020)



SOBREDIREITO

CURSO PREPARATÓRIO

Superlotação

- HC 143.988: STF proibiu que as unidades de privação de liberdade funcionem com mais de 100% de sua lotação máxima, de modo que para entrar um adolescente no sistema outro deve necessariamente sair
- Exigência de reavaliação das internações com fundamento no art. 122, II, ECA
- Possibilidade de transferência para equilíbrio das taxas de ocupação
- Possibilidade de internação domiciliar ou substituição de medida



SOBREDIREITO

CURSO PREPARATÓRIO

Remissão

- Oferecida pelo MP → exclusão do processo (princípio da oportunidade)
- Oferecida pela VIJ → suspensão ou extinção do processo
- Descumprimento de MSE imposta com remissão não admite internação-sanção, mas a possibilidade de oferecimento de representação ou retomada do processo



SOBREDIREITO

CURSO PREPARATÓRIO

Internação provisória pré-processual

- Enunciado 02 FONAJUV: Excepcionalmente, é possível a decretação da internação provisória pré-processual a requerimento da autoridade policial ou do Ministério Público, respeitado o prazo máximo de 45 dias para conclusão do processo



SOBREDIREITO
CURSO PREPARATÓRIO

Procedimento de apuração de ato infracional

- Pais não localizados: curador especial para o adolescente
- Adolescente não localizado: mandado de busca e apreensão + sobrestamento do feito até a apresentação
- Adolescente localizado, mas não comparece: condução coercitiva
- Súmula 342: nula a desistência de outras provas em face da confissão do adolescente



SOBREDIREITO

CURSO PREPARATÓRIO

Regressão de medida

- Art. 43, §4º, LSINASE + Súmula 265/STJ: oitiva do adolescente + parecer técnico
- Não se confunde com a internação-sanção (descumprimento reiterado e injustificado de medida anteriormente imposta), com prazo máximo de 3 meses



SOBREDIREITO

CURSO PREPARATÓRIO

Extinção da medida

- STF: a existência de relatório a recomendar a extinção de medida socioeducativa não vincula o órgão julgador, que pode decidir, de forma fundamentada, levando em consideração outros dados do processo (RHC 179.441)



SOBREDIREITO

CURSO PREPARATÓRIO

Direitos do adolescente

- Art. 49, II, LSINASE: apenas para atos praticados sem violência ou grave ameaça. STJ entende que não é um direito absoluto (HC 287.618 e 457.094)
- Central de vagas (Res 367/CNJ)



SOBREDIREITO

CURSO PREPARATÓRIO

Crimes

- A configuração do crime do art. 244-B do ECA independe de prova da efetiva corrupção do menor, por se tratar de delito formal (Súmula 500/STJ)



SOBREDIREITO

CURSO PREPARATÓRIO

Obrigado!



SOBREDIREITO

CURSO PREPARATÓRIO